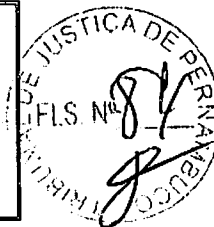




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



**Habeas Corpus nº:**

**0200496-0**

Comarca Origem:

Tracunhaém – Vara Única

Impetrantes:

Rogéria Maria de Andrade Melo

239

**Paciente:**

**Severino Francisco de Melo Filho**

Relator:

Des. Mauro Alencar de Barros

Relatora Substituta:

Desa. Alderita Ramos de Oliveira

Procuradora de Justiça convocada:

Christiane Roberta Gomes de Farias Santos

Órgão Julgador:

2ª Câmara Criminal

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. AUSÊNCIA DE MOTIVO PARA DECRETAÇÃO DE SEGREGAÇÃO CAUTELAR. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. REITERAÇÃO DE PEDIDO. NÃO CONHECIDO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Não se conhece do pleito, no que se refere ao argumento de ausência de motivos que ensejem a decretação da custódia cautelar do paciente por ser este primário, de bons antecedentes, residência fixa e profissão definida, uma vez se tratar de reiteração de pedido anterior já apreciado por este E. Tribunal.
2. A complexidade do feito em face da multiplicidade de réus justifica o retardo na conclusão do feito por aplicação do princípio da razoabilidade. Precedentes do STJ.
3. Ordem denegada. Decisão Unânime.

#### **ACÓRDÃO**

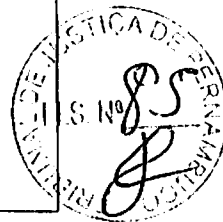
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 0200496-0, da Comarca de Tracunhaém, em que figuram, como impetrante Rogéria Maria Francisco de Melo Filho e, como paciente, **Severino Francisco de Melo Filho**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade de votos**, em denegar a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

Desa. Alderita Ramos de Oliveira  
Relatora Substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



**Habeas Corpus nº:** 0200496-0  
**Comarca Origem:** Tracunhaém – Vara Única  
**Impetrante:** Rogéria Maria de Andrade Melo  
**Paciente:** Severino Francisco de Melo Filho  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Relatora Substituta:** Desa. Alderita Ramos de Oliveira  
**Procuradora de Justiça (convocada):** Christiane Roberta Gomes de Farias Santos  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

240

### RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus* liberatório subscrito por **Rogéria Maria de Andrade Melo**, em favor de seu irmão, **Severino Francisco de Melo Filho**, no qual é apontado como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Tacunhaém, objetivando a concessão da ordem para expedição do alvará de soltura em favor do paciente, sob alegação de estar sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo, além da ausência de motivos para decretação de sua segregação cautelar.

Afirma a impetrante que o paciente foi preso em 19/09/2007, por supostamente infringir o art. 121, do Código Penal, encontrando-se, atualmente, recolhido ao Presídio Professor Aníbal Bruno.

Acrescenta ser o paciente primário, com bons antecedentes, residência certa e profissão definida.

Não foi formulado pedido de liminar.

Informações da autoridade apontada como coatora, às fls. 36.

Naquela ocasião, emitiu-se parecer pela denegação da ordem, em virtude da instrução do processo, de nº 495.2008.000097-2, está somente aguardando alegações finais, inexistindo constrangimento ilegal por excesso de prazo, nos termos da súmula 52, do Superior Tribunal de Justiça.

Verificou-se, no entanto, que o paciente não se encontra preso pela prática do delito ocorrido na Comarca de Tracunhaém, encontrando-se este recolhido por força do decreto de prisão preventiva exarado pelo MM Juízo da Comarca de Igarassu, nos autos do processo de nº 220.2007.002126-7.

Por esta razão, oficiou-se a referida autoridade para que prestasse as informações que entendesse necessárias ao deslinde da causa.

Em suas informações, às fls. 69, informou este MM Juiz que:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



- i) Em 11/08/2007, o ora paciente, juntamente com José Paulo da Silva e Rolielson Francisco Tavares tiveram suas prisões provisórias decretadas pelo <sup>241</sup> prazo de 30 (trinta) dias por suspeita de envolvimento em homicídio, ocorrido em 13/07/2007, no Assentamento Chico Mendes, município de Araçoiaba.
- ii) Em 07/11/2007, também fora decretada a prisão temporária de Severino Francisco de Melo (pai do ora paciente) e João Carlos dos Santos.
- iii) Em 07/12/2007, fora decretada a prisão preventiva do ora paciente bem como dos demais envolvidos no crime.
- iv) Com relação ao processo nº 220.2007.002126-7, a denúncia contra o ora paciente, Sereverino Francisco de Melo, Williams Francico de Melo e João Carlos José dos Santos, foi recebida em 17/01/2008, tendo sido os acusados denunciados pelo crime tipificado no art. 121, §2º, I e IV, do CP.
- v) O interrogatório dos acusados ocorreram em 29/01/2008 e 27/02/2008. Testemunhas de acusação ouvidas em 28/03/2008, 26/05/2008, 19/06/2008 (Precatória para Tracunhaém) e 13/08/2008 (Precatória para Recife). A audiência para oitiva das testemunhas de defesa foi marcada inicialmente para 21/11/2008, contudo, em razão da não apresentação dos acusados, esta não se realizou, tendo sido remarcada para o dia 17/07/2009, quando também não se realizou.
- vi) Remarcada para o dia 05/11/2009, novamente não pode ocorrer em virtude da remessa dos referidos autos ao Mutirão Carcerário em 22/09/2009, quando foi indeferido o pedido de revogação da prisão preventiva dos acusados. Devolvidos os autos à Vara em 27/10/2009, em virtude dos feriados no início do mês de novembro, restou impossibilitada a intimação das testemunhas, motivo pelo qual, fora redesignada audiência para o próximo dia 09/02/2010.

O parecer ministerial opinou pela denegação da ordem.

É o Relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010

Desa. Alderita Ramos de Oliveira  
Relatora Substituta

Habeas Corpus nº:

0200496-0



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



Comarca Origem: Tracunhaém – Vara Única  
Impetrante: **Rogéria Maria de Andrade Melo**  
Paciente: **Severino Francisco de Melo Filho**  
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros  
Relatora Substituta: Des. Alderita Ramos de Oliveira  
Procuradora de Justiça (convocada): Christiane Roberta Gomes de Farias Santos  
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

242

VOTO DO RELATOR

Primeiramente, cumpre salientar que o presente Habeas Corpus, no que se refere ao argumento de ausência de motivos para decretação da segregação cautelar do paciente, em virtude de ser ele primário, de bons antecedentes, residência certa e profissão definida, não deve ser conhecido.

Vejamos.

Em consulta ao sistema de acompanhamento deste Tribunal, verifico que já fora impetrado Habeas Corpus, de nº 0188404-6, da Relatoria do Desembargador Gustavo Augusto Rodrigues de Lima, tendo como objeto este mesmo argumento.

No sobredito *habeas corpus*, foi denegada a ordem, à unanimidade de votos, sendo reconhecida que as condições favoráveis do réu não têm o condão de, por si sós, garantir ao paciente a liberdade provisória, nos seguintes termos:

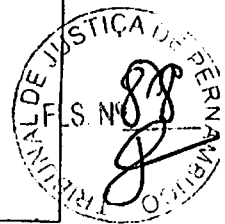
EMENTA: HABEAS CORPUS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. COMPLEXIDADE DO FEITO. RETARDO JUSTIFICADO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. WRIT DENEGADO. UNANIMIDADE.

1. Constrangimento ilegal não configurado. A mora prazal não deve resultar de simples soma aritmética, impondo-se, para sua configuração, sejam consideradas as circunstâncias de cada caso. Da leitura dos fólios se observa que não houve desídia por parte do Juízo processante e que o feito se reveste de significativa complexidade. A extensão do prazo para a conclusão da instrução criminal, portanto, resta plenamente justificada.
2. É cediço que condições pessoais favoráveis como primariedade, bons antecedentes e residência fixa no distrito da culpa, não têm o condão de, por si sós, garantir ao paciente a liberdade provisória, se há nos autos, elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar.
3. Habeas Corpus denegado, por unanimidade.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros

243



Como facilmente se percebe, no mencionado *habeas corpus*, os argumentos utilizados pelo impetrante foram os mesmos que constam do *habeas corpus* sob exame.

Assim é que o paciente já obteve pronunciamento negativo deste Tribunal em sede de *habeas corpus*, concernente ao mesmo objeto, hipótese que se afigura como de inadmissibilidade manifesta do remédio constitucional em exame, por se configurar como **reiteração da impetração anterior**, inexistindo qualquer fato ou argumento novo que permita a sua reapreciação por esta Corte de Justiça.

Desta feita, não conheço do pleito referente à ausência de motivos para decretação da segregação cautelar do paciente.

No que se refere ao argumento de constrangimento ilegal por excesso de prazo para término da instrução criminal, conheço do referido pedido, contudo, verifico que deve a ordem ser denegada.

Pois bem.

Aduz o impetrante que o paciente se encontra recolhido há mais de 01 (um) ano, sem que a instrução tenha terminado, restando configurado o excesso de prazo.

Pelo que se verifica dos autos e do andamento processual constante do sistema processual Judwin, o paciente foi preso preventivamente em 07/12/2007. Seguindo o curso regular do feito, fora designada audiência para interrogatório deste e dos demais acusados para 29/01/2008 e 27/02/2008. Interrogados os acusados, procedeu-se com a oitiva das testemunhas de acusação. As testemunhas de defesa ainda não foram ouvidas, haja vista as informações da autoridade dita coatora, porém, já fora designada nova data para ouvida destas, qual seja, 09/02/2010.

Observa-se, portanto, que o processo encontra-se com seu curso regular, já havendo, conforme dito acima data para continuação da audiência de instrução.

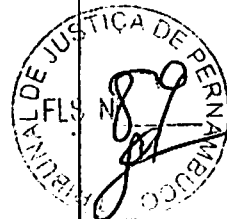
Vê-se, assim, que a instrução, apesar de ainda não terminada, segue seu trâmite normal, de modo que não se pode considerar que há o excesso de prazo referido pelo impetrante, haja vista as circunstâncias levantadas nestes autos, inclusive, a consideração feita pela D. Procuradora de Justiça convocada, quando ressalta a complexidade do feito, feito este com vários réus e inúmeras testemunhas de defesa, o que torna, naturalmente, o andamento processual mais lento.

Ainda, não se pode olvidar que o prazo de para conclusão da instrução criminal, de 81 dias, quando se tratar de réu preso, não é absoluto, conforme se depreende do seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros

244



PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PORTE ILEGAL DE ARMA. RESISTÊNCIA. PRISÃO EM FLAGRANTE. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA.

I - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando mera soma aritmética de tempo para os atos processuais (Precedentes do STF e do STJ).

II - Dessa forma, o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando houver demora injustificada (Precedentes).

III - No caso em tela, a ação penal vem se desenvolvendo regularmente, em observância aos prazos legais, não havendo que se falar, por ora, em eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Ordem denegada.

(HC 124.739/CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 27/04/2009)

Assim sendo, acompanhando a D. Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
**Desa. Alderita Ramos de Oliveira**  
Relatora Substituta